

ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

HILDEMAR LUIZ RECH*

RESUMO

Em 100 anos de República no Brasil, destacam-se em nosso capitalismo: o caráter especulativo e de extrema concentração das riquezas; o caráter de um quadro social extremamente deplorável, que impõe a marginalização e a exclusão da grande maioria dos brasileiros, os quais não são respeitados como cidadãos; e, enfim, impõe-se o caráter cartorial-patrimonialista e burocrático-autoritário do Estado e o caráter clientelístico e mandonista das práticas políticas exercidas pelas camadas sociais dirigentes e absorvidas pelas classes e grupos sociais dominados. Apesar da considerável modernização da economia nacional entre os anos de 1954 e 1990, é preciso dizer que o desenvolvimento brasileiro sempre foi destacadamente conservador, pois a riqueza, embora tenha sido ampliada intensamente, não chegou jamais ao povo, mas foi enfeixada por uma limitada classe dominante que sempre manteve em suas mãos toda força e poder, enquanto a maior parte da população tem vivido como uma massa desarticulada, empurrada à mais brutal marginalização sócio-econômica, política e cultural. No período histórico mais recente, o nosso capitalismo também veio a comportar um parque industrial considerável, com indústrias modernas e dinâmicas e um aparelho de Estado tecnicamente modernizado, que vieram a empregar uma grande massa de trabalhadores. Entretanto, a partir dos anos 80, a capacidade de crescimento da economia e de investimento do Estado decaiu radicalmente. Como solução para o problema, as classes dominantes acenam com um discurso neoliberal que propõe a privatização de tudo, inclusive dos serviços sociais públicos. Enquanto isso, as organizações partidárias insistem, em sua grande maioria, em continuar não apresentando uma maior coerência ideológica, não assumindo publicamente programas e projetos políticos propriamente ditos. É claro que há raras exceções, entre as quais pode-se destacar o PT, apesar de suas crises e insuficiências políticas. Para fazer frente a todos estes problemas, faz-se necessária a convocação de todos os brasileiros no sentido de que assumam uma postura cidadã militante que instaure o espírito democrático de participação em todas as esferas da vida social, sem

*Mestre em Sociologia e Professor Assistente do Dep. de Educ. e Ciências do Comportamento.

deixar de considerar, por um lado, a necessidade de uma maior integração nacional interna no país e, por outro lado, o inevitável processo de integração internacional.

APRESENTAÇÃO

No texto que segue, pretendemos abordar alguns aspectos da formação social brasileira, à luz dos desafios e das questões mais urgentes que se apresentam no descortinamento do complexo contexto sócio-político nacional e internacional, que envolve agudas contradições, extremas injustiças e disparidades sociais e rápidas mudanças em nível tecnológico, econômico, político e cultural.

Nesse sentido, na primeira parte do texto fazemos uma retomada crítica de alguns aspectos históricos em 100 anos de República no Brasil.

Na segunda parte, estabelecemos algumas considerações sobre a estrutura econômica e o contexto social e político do Brasil das últimas décadas.

Finalmente, no terceiro ponto ensaiamos um chamamento a uma postura de engajamento pela democracia e pela cidadania ampliada no Brasil, a partir de uma visão moderna de integração nacional dentro duma perspectiva de cosmopolitismo humanista.

1 UMA RETOMADA CRÍTICA DE ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS EM 100 ANOS DE REPÚBLICA NO BRASIL

Para fazermos uma análise de aspectos da formação social e da tessitura política brasileira recente e atual, convém antes estabelecermos uma retrospectiva histórica de alguns elementos cruciais que marcaram profundamente os nossos 100 anos de República.

Para iniciar a reflexão, cabe lembrar que, no Brasil, a República, já no momento em que foi proclamada "renegou a soberania popular e instaurou o patrimonialismo", tendo o Estado servido de biombo para a manutenção da velha ordem.

A velha monarquia, assim como o novo regime republicano, carecia de um suporte popular, sendo que aquela, no seu ocaso, inclusive, carecia do apoio das forças sociais e políticas dominantes, entre elas as Forças Armadas, parte do bloco político dirigente, os comissários, os banqueiros, os comerciantes e os fazendeiros.

Na composição social das forças dominantes, o Exército foi o principal segmento a procurar uma nova identidade no seu engajamento pela substituição do sistema, através de um assalto efetuado no próprio interior do bloco dominante, circunstância esta que, inclusive, moderou socialmente a repercussão e o trauma do golpe republicano. Na época, entretanto, o Exército não se constituía ainda numa poderosa organização burocrático-militar do poder, mas apenas adquiria expressão política como uma comunidade com forte conexão com outros segmentos sociais descontentes.

Por outro lado, as camadas sociais dominadas receberam a instauração da República com perplexidade. De certo modo, nem perceberam que ela estava sendo proclamada. Mesmo assim, a "República Velha", de 1889 a 1930, incorporou alguns esporádicos movimentos sociais que envolviam o fermento do liberalismo, embora o poder político nunca tenha sido ampliado e tenha ficado restrito às oligarquias, "na confraternização da pena com o fuzil, das Forças Armadas com os interesses privados — sempre à distância da plebe, a quem, numa autocrítica tardia, o próprio Ruy Barbosa chamou de 'polichinelos da História'. A questão social, diziam então os pioneiros da FIESP, é um caso de polícia. O povo passa, a FIESP fica" (Beirão, 1989. p.73).

Portanto, em termos político-institucionais, a "Primeira República" brasileira, anterior a 1930, consistia num liberalismo de fachada, onde os cafeicultores controlavam o governo. Para tal, criaram uma série de mecanismos, pelos quais manipulavam as eleições. Essa prática mandonista era complementada pelo voto do cabresto, forjado através do coronelismo nordestino.

Na época, a ligação da arte de fazer política com as classes populares era realizada por grupos de capangas que, para conseguirem produzir os resultados eleitorais que interessavam à elite, ameaçavam constantemente os eleitores com o chicote e o cassetete.

O subdesenvolvimento econômico foi outro fator de fundamental importância que se manteve presente na "República Velha" como um terrível legado colonial. Esse quadro econômico, por sua vez, era acompanhado por um quadro social deplorável, reforçado pelo próprio caráter cartorial-patrimonialista do Estado, o qual se constituía no principal sustentáculo da pilhagem efetuada pelos devoradores da economia pública e particular. Essa situação acabou inundando o país numa terrível inflação e na mais dramática crise monetária registrada até então, e isso já no governo provisório de 1889 a 1891.

A propósito, os fazendeiros do café estavam muito interessados na instauração da República, pois viam nela uma possibilidade de conseguir recursos mais fáceis, sobretudo na medida em que a estrutura republicana liberaria a emissão bancária e facilitaria o crédito. Como era difícil aos interessados na República fazer o Parlamento compreender isso, resolveram bater nas portas dos quartéis para pedir a imposição do novo regime, tendo lá encontrado disposição para tal. Dentro desse quadro conjuntural foram efetuados verdadeiros assaltos aos cofres públicos. O exemplo temos no "encilhamento", que, no início da República, foi decorrência do fato de Rui Barbosa, ministro da Economia, ter liberado os bancos particulares no direito de fazer emissão de moeda, como destaca N. Sevcenco:

Bastava que alguém entrasse com um bom projeto, e em função disso recebia uma polpuda verba do governo. Como o câmbio estava em declínio constante, as pessoas recebiam a verba, aplicavam em moeda estrangeira, depositavam em um banco estrangeiro, deixavam o câmbio cair bastante e alguns meses depois retiravam e, aquilo que tinha sido pequeno empréstimo, tinha virado uma fortuna que os tornou,

do dia para a noite, em trilionários. Foi assim que surgiu a primeira elite republicana que, do dia para a noite, fez grandes fortunas que deram origem ao arrivismo. Foi assim que surgiu uma classe social totalmente frenética por lucros fáceis e por negociações de primeira mão (Sevcenco, 1989. p.6).

Os recursos adotados pelo primeiro governo da República, no sentido de obter uma certa estabilidade econômica, foram o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão, que garantiam a manutenção de dois câmbios:

Um câmbio para a população comum e um câmbio para os cafeicultores. No câmbio destes últimos, a moeda nacional valia quase que em paridade com a moeda estrangeira, e no câmbio nacional ela caía todo o dia. Quem sustentava essa caixa era obviamente o dinheiro dos impostos pagos por toda a população. Era a chamada socialização das perdas (. . .). Foi esta uma das grandes contribuições brasileiras à teoria econômica: o capitalismo sem risco (Sevcenco, 1989. p.6).

Portanto, o estilo autocrático e mandonista-oligárquico de exercício da política econômica e de regulação das relações sociais, que teve sua origem no Brasil Colônia, manteve-se no Império e no Brasil da Primeira República e continua presente em nossa formação social até os nossos dias.

Aliás, a economia brasileira continuou apresentando um caráter muito mais agrário-exportador do que industrial até as décadas de 50 e 60. Somente em meados de 1960 o Brasil se tornou mais urbano que rural. Quer dizer: até 1955, 68% da população brasileira ainda vivia no campo, sendo que estas cifras acabaram se invertendo na década de 80, quando apenas 30% da população continua fixada no campo e 70% se encontra nas cidades.

Além disso, até nossos dias o nosso mercado capitalista ainda vem acompanhado por um forte traçado político patrimonialista, onde o Estado, apesar de munido de uma abrangente burocracia, não conseguiu jamais coadunar-se integralmente com o conceito moderno de nação e muito menos ainda com formas consolidadas de soberania popular.

Também em nosso modelo econômico a produção industrial capitalista ainda hoje coexiste com enormes latifúndios improdutivos, estes últimos próprios dos modos de produção pré-capitalistas.

Outrossim, como escreve Raymundo Faoro, "cem anos de República são, também, 38 anos de suspensão das garantias constitucionais, com a degradação, nos regimes de 37 a 64, dos salários indefesos diante da ditadura" (Faoro, 1989. p.65).

Por outro lado, em toda nossa história republicana sempre houve tentativas de constituir uma autonomia política que implicitamente tivesse por base a nossa soberania nacional, e em alguns momentos até houve movimentos

emancipatórios que propunham uma certa soberania popular, porém no limiar do século XX não atingimos ainda nem sequer plenamente uma ordem liberal: e "O tempo se encarregaria de coar, na peneira da História, as intenções liberalizantes" e os reclamos por soberania popular, com a conquista dos quais alguém pode ter-se iludido com a proclamação da República e com a vitória do movimento da Aliança Liberal de 1930. Nesse sentido, os sucessivos governos de Getúlio Vargas, durante o período posterior a 1930, combinaram de forma original dois estilos de regime político, o liberal e o autocrático-autoritário, num só, o populista. Escreve Nirlando Beirão:

Manobrando entre os paladares conflitantes das novas elites civil e militar, Getúlio Vargas assumiu a intendência e conferiu um tempero de toque pessoal ao novo prato da moda: o populismo (. . .). Morre a vocação do chefe regionalista, nasce o Pai dos Pobres (. . .). Até 1964, as elites exercerão a pedagogia emanada de 1930. Antecipam-se às reivindicações populares, não para atendê-las, mas para acomodá-las (. . .). O populismo aparelha o Estado, que aparelha o movimento sindical, o qual adocica a turba na balela de uma polarização ideológica que hasteia como estandarte o nacionalismo, sem reconhecer a existência da luta de classes (Beirão, 1989. p.74).

Seguindo uma política de substituição de importações, o governo Getúlio Vargas, na década de 30 e principalmente durante o período ditatorial do Estado Novo, conseguiu, através da adoção de mecanismos fiscais internos de transferência de excedente econômico da burguesia cafeeira para a burguesia industrial emergente, subsidiar notoriamente a acumulação industrial capitalista. Visando a impulsionar o processo capitalista, estes mecanismos fiscais foram acompanhados por extraordinários recursos que o governo do Estado Novo conseguiu arrancar no Exterior para lançar as bases da siderurgia brasileira moderna.

Também durante o Estado Novo, isto é, entre 1937 e 1945, o governo "Getúlio Vargas fez, a seu modo, as reformas que a consciência de classe não conseguiu. Nasceram as primeiras medidas de regulamentação do trabalho com o estigma do controle estatal e do corporativismo fascista" (Dias, 1989. p.68).

Getúlio voltou ao poder em 1950 e lançou novas bases para uma industrialização ampliada. Criou a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE.

Depois, a partir de 1955, vieram os anos do J.K. "Plano de Metas", que permitiu a entrada maciça do capital internacional no país. Houve a instalação da indústria automobilística e, com ela, o crescimento das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico e de comunicações. Houve também a ampliação da indústria naval e o crescimento formidável da construção de rodovias no país.

Na década de 60, após o golpe militar de 1964, embora o capitalismo brasileiro já não dependesse mais dos grandes latifúndios rurais para imprimir a

reprodução ampliada do capital, a face autocrática e burocrático-militar do Estado promoveu uma concentração de terras maior ainda.

O campesinato, que irrompera na luta social e política no período populista, através das Ligas Camponesas no Nordeste e do Master no Sul do país, a partir de 1964 foi compungido e submetido a um tratamento que alternava uma política de brutal marginalização social com políticas paternalistas e clientelísticas de concessões de serviços e benefícios sociais.

Por outro lado, o regime militar de 1964 imprimiu uma reforma financeira e tributária, recessiva num primeiro momento, mas limpadora do terreno para a emergência do "Milagre Brasileiro" em 1968, que estabeleceu um extraordinário crescimento da indústria brasileira até 1974. Esse período, porém, também foi acompanhado por um extraordinário arrocho salarial e por uma excepcional rotatividade da mão-de-obra. Nesses anos, ao mesmo tempo, foram modernizadas de forma considerável as comunicações do país para, nos anos 80, a indústria cultural firmar-se, sobretudo através da televisão, e isso num ritmo antidemocrático. É nesse contexto que o Dr. Roberto Marinho consagrou-se como o braço eletrônico-ideológico do Ministério das Comunicações.

Em 1973, o "Milagre Brasileiro" começou a entrar em crise, em decorrência do surgimento de estrangulamentos estruturais na economia, propiciados pela própria crise capitalista internacional. Se a economia brasileira acabou não caindo imediatamente numa estagnação total, foi porque o governo Geisel estabeleceu, a partir do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), em 1974, uma política de substituição de importações com investimentos estatais expressivos no setor de insumos básicos e de bens de capital e com um subsidiamento financeiro do Estado ao grande capital nacional. Este processo levou, entre 1974 e 1979, a uma integração monopolista do capital multinacional e do grande capital nacional privado e estatal. Por isso, até 1980 a economia brasileira ainda se manteve com um relativo crescimento, para na década de 80, estabelecer-se uma profunda estagnação econômica.

A crise de crescimento da economia brasileira, integrada perifericamente ao capital monopolista transnacional, começou a se estabelecer com a crise internacional do petróleo em 1973, com a decadência do dólar, que se tornou uma moeda sem lastro no início dos anos 70, com o "intercâmbio desigual e combinado" entre os países capitalistas centrais (exportadores de bens de capital) e os periféricos (exportadores de matérias-primas, de produtos alimentares e de semimanufaturados) e com a subida galopante dos juros para empréstimos internacionais aos países capitalistas dependentes, durante os anos 70 e 80. Nesse contexto, a dívida externa brasileira se tornou tão elevada que o país veio a sacrificar as necessidades e os interesses de sua população para pagar os juros da dívida. Apesar disso, o montante da dívida continuou crescendo.

A produção econômica foi em grande parte orientada para as exportações, com o objetivo de se obter superávits na balança comercial brasileira. Quer dizer, todo o ônus da dívida pública externa e interna sempre foi jogado sobre a esfera pública. O capital privado nacional e multinacional nunca teve que correr maiores riscos, pois o Estado, no melhor estilo cartorialista, sempre subsidiava prodigamente o capital privado. Também o Estado arcava com os possíveis prejuízos, inclusive

cobrindo rombos e desvios de recursos.

Esse uso patrimonialista e privatista das finanças públicas veio a provocar um pesado déficit público e aumentou assustadoramente a dívida pública interna, além do crescimento da externa, até conduzir o país a uma incontornável crise fiscal de Estado. Essa situação trouxe, como uma de suas conseqüências, a notória deterioração dos serviços públicos e sociais. Nesse contexto foi tomando corpo a ideologia neoliberal que prega a indiscriminada privatização das estatais e dos serviços sociais e anuncia o mercado como a única fonte de liberdade.

Ainda no que tange ao regime militar, convém destacar que este, em nível político, não tentou seduzir o povo pelos sentidos, a exemplo do populismo. A seu modo, aquele fez o atalho e tratou o "populacho" a bordoadas e no arrocho. Após o governo corretivo de Castelo e após o governo de Costa e Silva, que se destacou pelo AI-5, apareceu no poder Garastazu Médici, que apostou na alienação através do futebol e apelou às estatísticas manipuladas — tudo isso para que a riqueza fermentasse sem que houvesse uma repartição com a massa trabalhadora.

Golbery e Geisel, mais tarde, anunciaram a descoberta de que a prosperidade não poderia prescindir da democracia, mas foram advertindo que o caminho seria longo e tortuoso. A democracia deles, porém, nunca passou de um projeto, desmentido pelo jogo de poder exercido autocraticamente.

Os casuísmos do "pacote de abril" de 1977 e a fermentação operária de 1978 eram sintomas de que o regime corria sérios riscos. Então o governo lançou o gesto da anistia, para cobrar uma contrapartida da sociedade em nome da transição.

Em 1982, o General Figueiredo aceitou o confronto com a sociedade, mas seus atos oscilavam entre o autoritarismo escrachado e as promessas da liberalização futura.

Derrotadas as eleições diretas em 1984, Tancredo se transformou no grande articulador da "Aliança Democrática" multivariada que foi ao Colégio Eleitoral contra Paulo Maluf, da "Freguesia do Ó", o qual era endossado pelo regime combatido. Sarney, embora não o escolhido, completou a chapa como vice, e com a morte do titular, subiu no trono da conciliação das elites sem a participação popular.

Collor, eleito pelo povo, depois de uma luta empolgante com o metalúrgico Lula e seus companheiros de viagem, que procuraram olhar nos olhos da tragédia e dominá-la, dá continuidade ao *status quo*; isso, porém, ao ritmo duma modernidade simbiótica *yuppie-tupiniquim* e economicista-privatista, que procura atualizar as estruturas do poder com a contemporaneidade do novo liberalismo de mercado.

Para finalizar esta parte da nossa reflexão, cabe destacar que, embora hoje mais de 90% dos alistáveis votem, em nosso país, carecemos de uma cidadania plena, pois a grande maioria dos chamados "cidadãos" não tem nenhum poder de decisão sobre os destinos do país. Também a extrema desigualdade social existente estabelece a falta dos pressupostos de homogeneidade social, organizativa e articulatória na sociedade civil, necessários para legitimar efetivamente a representação política e as deliberações participativo-coletivas. Quer dizer: no Brasil a riqueza se acumulou, mas não chegou ao povo, e uma limitada classe conseguiu enfiar ininterruptamente em suas próprias mãos toda a força e poder, toda a riqueza e

todo o saber, enquanto a maior parte da população vive como uma massa desarticulada, empurrada à mais brutal marginalização sócio-econômica, política e cultural.

2 MAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA E O TECIDO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO

Pelo que se pode observar nas afirmações apresentadas acima, desde a década de 30 e fundamentalmente entre os anos de 1950 e 1980, houve no Brasil uma "modernização conservadora" que transformou o país numa grande economia capitalista e industrial.

As mudanças que foram operadas nas estruturas produtiva, social e política durante o período do Estado Novo de 1937-45, durante o período populista de 1946-64 e durante a ditadura militar de 1964-85, porém, resultaram mais de processos ou de decisões autoritárias que de uma organização popular articulada. Também as reformas sociais no país sempre foram feitas de uma forma impositiva. Assim, por exemplo, a legislação social brasileira, mesmo que tenha garantido uma série de direitos sociais, sempre apareceu como uma legislação de tutela. Isto aconteceu porque, nos momentos cruciais da vida política em nosso país, os trabalhadores do campo e da cidade e as classes médias têm sempre se apresentado divididos e cindidos diante das classes dominantes e suas políticas.

Houve no Brasil, portanto, um "transformismo pelo alto" no nível da estrutura econômico-social, onde até mesmo grande parte dos latifúndios tornaram-se empresas capitalistas. Assim, muitos dos segmentos mais significativos da agricultura brasileira foram integrados à produção capitalista, embora ainda hoje se conservem muitos traços de coerção pré-capitalista sobre a força de trabalho, o que, aliás, faz parte do caráter conservador da modernização.

Em harmonia e entrelaçado com as exigências do capitalismo internacional, a forma singular do capitalismo brasileiro seguiu uma lógica que, ao mesmo tempo que forjou uma transformação modernizante na estrutura produtiva e social, também presidiu a contínua reprodução de formas arcaicas de produção. Essa forma estrutural capitalista brasileira se desenvolveu através de uma intensa exploração da força de trabalho.

Além disso, o desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro também forjou uma grande heterogeneidade na composição interna dos trabalhadores urbanos e também dos trabalhadores rurais. Esse tipo de capitalismo também tem gerado uma enorme população marginalizada, que vive numa situação de subemprego e de desemprego crônico, tanto a urbana como a rural. Entretanto, ao mesmo tempo, principalmente no período histórico mais recente, esse mesmo capitalismo tem comportado indústrias modernas e dinâmicas e um aparelho de Estado tecnicamente modernizado, que empregam uma grande massa de trabalhadores.*

* No Brasil de 1989, os 1% mais ricos da população concentram 17,3% da renda nacional; os 5% mais ricos concentram 39,4% da renda; os 10% mais ricos concentram 53,2% da renda e os 20% mais ricos concentram 67% da renda. Por outro lado, os 10% mais pobres

Entretanto, cabe observar que a ideologia neolitoral do capital monopolista prega e impõe hoje uma diminuição dessa máquina estatal pela desmontagem de grande parte dos serviços públicos e por uma política de intensa privatização do parque produtivo estatal, como solução para a elevada dívida pública.

O capitalismo monopolista brasileiro, por um lado, portanto, forjou uma modernização da estrutura produtiva a ponto de a economia brasileira ter chegado a ocupar o oitavo lugar no mundo capitalista em nível de PIB. Por outro lado, porém, essa modernização conservadora também reproduziu, ao mesmo tempo, uma face econômico-social arcaica, excludente e autoritária. Nesse sentido, os dados que elencamos a seguir testemunham o atraso presente na nossa estrutura social.

No Brasil, em 1987, 44% da população de 0 a 17 anos (crianças e adolescentes) vivia em famílias com renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE-UNICEF, PNAD, 1987. p.19). No mesmo ano, de cada mil crianças que nasciam, 82 morriam de subnutrição e de doenças endêmicas antes de completar cinco anos de idade (IBGE-UNICEF, 1987. p.25). Além disso, em nosso país, a violência é responsável por mais da metade dos óbitos entre adolescentes (IBGE-UNICEF. p.29).

Em 1989, a taxa de analfabetismo continua sendo de 21%. O país ainda tem 24 milhões de analfabetos (IBGE-PNAD, 1989). A repetência e a evasão escolar fazem com que muito poucos alunos matriculados terminem o 1º grau. De cada 100 alunos matriculados na primeira série do 1º grau em 1977, apenas 35,4% chegaram a freqüentar a quarta série em 1980; 17,5 a oitava série em 1984, e apenas 13 conseguiram terminar o 1º grau no tempo regular (IBGE-UNICEF, 1987. p.40).

Além disso, em 1989, do total de pessoas ocupadas, 27%, ou seja, 16,5 milhões de brasileiros, ganhava até um salário mínimo; e se a isto somarmos os desempregados, chegamos à taxa de 36% da população economicamente ativa (PEA), ou seja, 22 milhões de brasileiros. No mesmo ano, em nosso país, as pessoas que obtinham até dois salários mínimos constituíam 48,6% da PEA, ou seja, 29,5 milhões (IBGE, Rio de Janeiro, 1989).

No período de 1983-84, de um total de 31,5 milhões de trabalhadores assalariados existentes no país, 14,9 milhões, ou seja, 47,2% desses, não tinham sequer carteira de trabalho e previdência social assinada. Esse quadro certamente não se alterou significativamente em termos percentuais até 1989, no Brasil. (IBGE, PND, apud Retrato do Brasil (23):137, 1984. Encarte).

...da população detêm apenas 0,6% da renda nacional; os 40% mais pobres da população concentram apenas 7% da renda; os 50% mais pobres concentram 13% e os 80% mais pobres concentram apenas 33% da renda nacional. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE, 1989). Aliás, perdemos apenas para Honduras e Serra Leoa em termos de concentração de renda, mas ganhamos de países como Bangladesh, Guatemala, Haiti, Somália e Bolívia. (MISÉRIA . . . Istoé Senhor, São Paulo. (1093):15, 29 de agosto, 1990).

Outrossim, de acordo com os censos demográficos do IBGE de 1950 e 1980, a população rural caiu de 67% da população em 1950 para 33% em 1980; e a população urbana cresceu de 33% do geral da população em 1950 para 67% em 1980. (Retrato do Brasil (22):128, 1984. Encarte).

Em 1950, 60,1% da população economicamente ocupada estava no setor primário, 18,1% no setor secundário e 21,8% no setor terciário. Já em 1980, 29,9% da população ocupada se encontrava no setor primário (agricultura e pecuária), 24,4% no setor secundário e 45,7% no setor terciário. (Retrato do Brasil (22):129, 1984. Encarte).

A tendência no Brasil, hoje, seguindo uma tendência geral do capitalismo, é de que a classe operária decaia cada vez mais em termos percentuais em relação ao setor de serviços, pois, além do sucateamento, do desaparecimento e do encolhimento de certos setores da indústria, os setores industriais dinâmicos e de ponta, desde 1982, começaram a substituir cada vez mais o "trabalho vivo" pelo "trabalho morto", expresso através da automação e da robotização do sistema produtivo. Também a crise que tomou conta do padrão de acumulação capitalista no Brasil está ampliando cada vez mais o setor informal da economia, tanto que, em 1989, aproximadamente 55% da população economicamente ativa está ocupada no setor de serviços, sendo que 80% da população desse setor se concentra na economia informal ou chamada "economia subterrânea".

No Brasil recente também tem havido uma verdadeira evasão de capitais para o exterior, pois as multinacionais deixaram de investir e ampliaram a remessa de lucros às suas matrizes. Entre 1985 e 1987 "as empresas de capital estrangeiro remeteram um total de 2,9 bilhões de dólares líquidos e simplesmente pararam de reinvestir. Os investimentos despencaram de um patamar de 2,1 bilhões, em 1981, para escassos 2 milhões em 1986. Em contrapartida, as remessas de lucros e dividendos saltaram no mesmo período de 456 milhões para 1,3 bilhões de dólares". (Heck & Rech, 1988. p.6).

Entre 1955 e 1985, como já foi destacado anteriormente, o país passou por extraordinárias modificações na sua estrutura econômico-social, a ponto de as suas forças produtivas terem passado por grandes transformações modernizantes e ter havido grandes alterações na estrutura social. No bojo dessas mudanças estruturais, implementadas de forma conservadora, um vasto setor das classes trabalhadoras e dos oprimidos em geral emergiu na cena histórica, tendo forçado passagem na esfera política. Nesse sentido, não é por acaso que surgiram e se afirmaram o PT, a CUT e o Movimento dos Sem-Terra. Além disso, a luta contra a ditadura militar forjou, durante os anos 70, a atuação articulada de várias entidades, como a OAB e a ABI, que alargaram o espaço de contestação democrática na sociedade civil e infundiram novos conteúdos aos setores insatisfeitos das classes médias. Mesmo assim, no Brasil de hoje, a maior parte das organizações dos trabalhadores ainda estão impregnadas de defensivismos corporativistas subordinados à hegemonia das classes dominantes. Há ainda pouca acumulação de forças no sentido de um projeto político alternativo, embora tenhamos no país um substrato social e político que há mais de uma década clama por democracia.

Além disso, para uma análise da formação social brasileira, também é preciso ter-se em conta que, malgrado as contradições sociais se manifestarem

materialmente no nível da estrutura econômico-social enquanto relações sociais produtivas de exploração e reprodutivas de marginalização social, não se pode no entanto esquecer que o espaço global de nossa época revela um amplo predomínio das relações de dominação, e isto tanto no nível das macroesferas políticas, sociais e culturais quanto das microesferas da sociedade. Assim, as classes dominantes procuram servir-se de diversos aparelhos e expedientes ideológicos, políticos e culturais e do próprio espaço, como se de um instrumento se tratasse, para fragmentar e dispersar a classe trabalhadora, subordinando-a a regras institucionais de controle. Essas formas de dominação, portanto, se manifestam através de aparelhos ideológicos de abrangência macrocultural, como o rádio e a televisão, por meio dos quais são veiculados conteúdos simbólicos mediados por uma sofisticada trama publicitário-propagandística e de *marketing* político e ideológico. Por outro lado, os mecanismos de dominação, entretanto, também comportam formas microsociais, como, por exemplo, os métodos modernos de dominação e de controle nos locais de trabalho, expressos nas técnicas neotayloristas e neofordistas de subordinação. Aqui, entretanto, não vamos entrar na análise dos diversos aparelhos ideológicos de abrangência macrosocial nem nos de microabrangência.

Na nossa reflexão, vamos nos restringir apenas a um breve apanhado crítico do caráter de algumas estruturas e métodos políticos implícitos na organização social brasileira.

O que vemos no Brasil de hoje é uma grande defasagem entre a sociedade, que se investe de direito de participação, e os seus representantes político-governamentais. A política oficial gira muito mais em torno de si própria do que em torno dos problemas fundamentais que a sociedade está experimentando. Pluralismo democrático e participação popular ainda são heresias para as classes dominantes brasileiras.

No Brasil, não houve ainda a "queda da Bastilha" do conservadorismo autoritário e da ideologia da outorga, nem houve a abolição das feudalidades, pois nem a reforma agrária e nem a reforma urbana ainda saíram das prateleiras. Ao contrário, os setores de direita da sociedade se modernizaram: os setores conservadores da hierarquia da Igreja se reforçaram; a indústria bélica e as Forças Armadas mantêm todo o seu poderio intocável; a FIESP e personalidades como Roberto Marinho dão orientações incisivas nos momentos políticos decisivos; os sindicalistas adesistas (Magri e Antônio de Medeiros) são os militantes mais ferrenhos da política oficial. Enquanto isso, a organização dos trabalhadores está fragmentada e caminha devagar.

A transição política brasileira apresenta uma característica própria e única: aquela em que o regime autoritário reteve o poder por maior período de tempo ao longo do processo de transição. Assim, o grau de continuidade entre o pessoal político do antigo regime e o do atual governo é insólito (O'Donnell, 1986).

A arrogância das elites civis e militares tem sido maior no Brasil do que no resto da América Latina, tanto que no Brasil se apresenta um sistema de dominação social obviamente mandonista e arcaico — caracterizado não só pela desigualdade, mas pelo arcaísmo das suas formas de dominação — onde em nível concreto inexistem verdadeiros mecanismos de representação política das classes sociais.

Nesse sentido, a política brasileira continua se apoiando em vários vícios

arcaicos, como por exemplo: a) o patrimonialismo, que consiste na tendência de considerar a coisa pública como patrimônio privado; b) o mandonismo, que consiste na prepotência política e no autoritarismo inveterado dos governantes; c) o clientelismo oligárquico, que consiste na distribuição de favores e prestígio em troca de apoio político, num contexto de corrupção política. O irmão gêmeo do clientelismo é o fisiologismo dos políticos beneficiados pelo poder central; d) o consorciamento de interesses, que consiste basicamente na aquisição de apoios específicos por parte do governo central, com o objetivo de formar bancada de apoio parlamentar ou facções de sustentação dentro dos colegiados partidários em troca de benefícios materiais diretos, proporcionados essencialmente pelo aparelho do Estado. O consórcio não é um simples efeito residual do poder, como a corrupção ou o uso de mordomias para beneficiar aliados. Estes últimos são ambos frutos do poder, enquanto o consórcio funciona como fonte e base de sustentação do poder.

Essas práticas políticas arrivistas acima citadas são a marca identitária que tem norteado os partidos da ordem como o PFL, o PDS, o PTB, o PRN, o PL e em parte o PMDB e o PDT. Essas organizações partidárias não têm apresentado uma coerência ideológica como um todo e nem têm publicamente assumido programas e projetos políticos constitucionais propriamente ditos. Aliás, a indefinição ideológica nesses partidos é visível a partir da grande facilidade com que os políticos têm trocado de partido. Assim, por exemplo, 37% dos deputados constituintes do PMDB eram da ex-Arena.

Quanto aos partidos de perfil democrático-progressista e de esquerda, convém destacar que o PSB, além de representar uma força política com pouca representação social, comporta em suas fileiras alguns políticos personalistas, sendo que os chamados "socialistas históricos" têm tido muitas dificuldades para imprimir uma linha coerente no partido. O PCdoB, por sua vez, teima em continuar preso ao velho monolitismo stalinista e como tal possui poucas possibilidades em se transformar num partido democrático de massas. O PCB, embora na campanha das eleições presidenciais o seu candidato Roberto Freire tenha tomado uma postura democrática e moderna, ainda sofre, enquanto corpo partidário, os vícios de um passado histórico marcado por uma postura "ortodoxo-etapista" facilmente submissa às políticas liberal-conservadoras dos setores dominantes da sociedade. Além disso, o PCB continua sendo uma força política com dificuldades em termos de adesão social e o conceito "comunista", presente na sigla, tem trazido desgaste para o partido, pelos preconceitos que desperta e pela conotação de desatualização histórica que inspira. Por sua vez o PV é um partido que ainda não conseguiu se consolidar como força política. Finalmente, o PT é o único partido brasileiro *stricto sensu*, com expressiva incidência no movimento popular e sindical. Com uma plataforma programática mínima, embora ainda insuficiente para uma disputa hegemônica, o PT pode ser considerado um partido de caráter orgânico, diante da geléia geral dos outros partidos — com militância partidária, com estruturas democráticas de massa em nível popular e sindical, com direções coletivas e com alguns objetivos de longo prazo. Isso tudo possibilita que o PT seja uma força com condições de acumular apoio social e político nas campanhas eleitorais.

Emir Sader, fazendo uma análise da trajetória do PT, faz o seguinte

comentário:

Depois de um período de crescimento relativamente vegetativo, a crise dos partidos ligados à Nova República projetou o PT para posições de governo municipal em cidades-chave no País, antes que o partido tivesse acertado suas contas com as teses ideológicas que herdava. Naquele momento a rejeição ao poder ainda primava sobre a construção de novas formas de hegemonia política. À pergunta: qual o Brasil que os trabalhadores querem? — a resposta se centrava em justiça social, direitos da cidadania e recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. . . Produto de fatores bastante diversificados e pisando num terreno social e politicamente tão convulsionado como a transição política desta década, num marco de transformações aceleradas das imagens do socialismo internacional, o PT só poderia ter nas crises seu estado natural. Mais do que crises de crescimento, são crises de identidade. Seus grandes méritos e suas debilidades residem num certo a-ideologismo. Foi na prática que o PT ocupou o espaço de maior força de esquerda que o país já teve, de único partido com força organizada de massas. Mas ao não acertar suas contas com as principais teorias que o movimento dos trabalhadores formulou — o anarquismo, o trabalhismo britânico, a social-democracia alemã, o luxemburguismo, o leninismo, o gramscianismo, etc. —, chega aos governos municipais sem uma concepção de que fazer na direção da democratização política, das políticas públicas e sociais, das finanças, do planejamento. (Sader, 1989. p.102).

As experiências de governos municipais do PT e das Frentes Populares, feitas em condições adversas de crise fiscal e financeira do Estado, de isolamento político forjado de cima e por todos os lados pelas classes dominantes, de falta de pessoa experiente na administração pública e de falta de uma definição de políticas públicas concretas, têm trazido, num primeiro momento, um desgaste para a imagem do PT. Acrescente-se a isto ainda o desgaste que é infligido ao partido através das campanhas de "criminalização" das greves por parte do governo central.

Nesse contexto, também "as divergências internas do PT tendem a se acentuar, como elemento indispensável de um jogo pluralista que pode assustar a partidos caudilhescos e estritamente parlamentares e de cúpula" (Sader, 1989. p.102).

No PT, entretanto, essa incidência pluralista deverá ser um elemento de enriquecimento interno, de definição conjunta de um projeto político estratégico,

de criação de políticas públicas efetivamente democráticas e de democratização concreta de suas estruturas internas.

Além disso, cabe aqui ainda uma colocação sobre os casos específicos do PDT e do PSDB. Convém notar que este último é um partido que nasceu de uma dissidência do PMDB provocada pelo descontentamento em relação à perda de espaços de determinados setores nesse partido.

A origem do PSDB, portanto, é parlamentar, e nesse sentido se distingue dos partidos social-democratas europeus, cuja origem está ligada ao movimento operário-sindical. Além disso, cabe lembrar que no PSDB estão presentes alguns políticos de cunho personalista, com práticas fisiológicas e clientelísticas, os quais não exercem uma representação política que responda a uma base social com uma consciência e uma organização social voltadas para a cidadania.

Por outro lado, convém não esquecer que nesse partido também há um considerável número de parlamentares "autênticos" que se destacaram na luta democrático-parlamentar. Contudo, a posição desse partido como um todo tem sido muito vacilante, na medida em que as suas propostas programáticas e seu perfil ideológico não têm conseguido ter a determinação política de assumir explicitamente uma gestão social da coisa pública, de acordo com os partidos social-democratas europeus.

Além disso, devido à sua falta de implantação social e ao comportamento adesista de alguns de seus dirigentes, o PSDB tem assumido, nas eleições, alianças políticas altamente questionáveis.

O PDT, por sua vez, embora a maioria de seus parlamentares venham se caracterizando por uma postura democrática e social-progressista na Câmara Federal, tem se pautado por práticas políticas personalistas respaldadas pelo seu líder máximo, Leonel Brizola. Essas práticas têm estado associadas a um projeto político que procura combinar o populismo com a social-democracia, mas o primeiro tem predominado sobre a segunda.

Na verdade, o populismo, inclusive o do PDT, não reconhece a construção autônoma da sociedade civil, pois os seus objetivos se concentram no reforço do Estado burocrático ampliado, visando à criação do Estado social "pelo alto", num jogo político de concessões clientelísticas e de favores que, entretanto, nunca se traduzem em direitos afirmados como leis que regulem a cidadania. Nesse sentido, também o populismo não admite a participação política efetiva do movimento sindical e popular na determinação das políticas públicas e nem sequer reconhece a organização autônoma do movimento social.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que em alguns Estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o PDT tem apresentado uma extraordinária implantação social. Essa implantação em parte se deve à situação de extrema marginalização econômico-social a que está submetida a maior parte da população brasileira, que, por isso, está afeita a políticas assistencialistas e clientelísticas. Mas, em parte, isso também se deve a algumas políticas sociais dos governos municipais e estaduais do PDT que têm de fato beneficiado, de determinado modo, os setores populares.

Portanto, de modo geral, em detrimento da definição ideológica, a política no Brasil é feita no nível das cúpulas partidárias, na base do personalismo e em cima

de relações basicamente clientelísticas com o restante da população, o que, muitas vezes, gera a eclosão de populismos. Daí a ineficácia dos partidos do *status quo*, a inoperância do Congresso e a falta de representação dos outros interesses da sociedade. Portanto, para chegar-se ao mínimo de democracia política no Brasil, faz-se necessária uma total redefinição do ordenamento civil, dos partidos e do Estado.

3 POR UMA OUSADA POSTURA DEMOCRÁTICA EM DIREÇÃO À SUPERAÇÃO DO MANDONISMO OLIGÁRQUICO

Apesar da presença de muitos elementos de caráter patrimonialista-oligárquico em nossa formação social, ela também traz em seu bojo grandes potencialidades democráticas, expressas na luta política e social de diversos sujeitos pela ampliação da cidadania e da esfera pública.

Nesse sentido, é necessário um chamamento fraternal militante de todos os cidadãos à luta democrático-popular em nosso país, pois é hora de ultrapassarmos o homem impotentemente cordial, submisso e obediente! É necessário que em nosso país morra o homem súdito-contribuinte para dar lugar ao homem lutador coletivo pela cidadania plena!

É hora de lutarmos por novas "regras do jogo"! — regras estas que não apareçam como letra morta, mas que sejam constantemente aprimoradas no sentido de que venham a exprimir o espírito dinâmico dum incansável esforço dos sujeitos individuais e coletivos. Portanto, é mister que os indivíduos expressem conscientemente essas regras para que a sociedade se dinamize e se oriente no sentido duma esfera pública e social ampliada!

É preciso que tomemos consciência de que a fraternidade entre pessoas só é possível através de direitos iguais de todos em relação a algo, pois não existe fraternidade entre desiguais. Por isso é importante que lutemos por condições que estabeleçam a igualdade de fato, de todos os cidadãos perante a lei. Assim sendo, a nova cidadania poderá ser exercida em todos os seus direitos, mas também com obrigações muito precisas.

No Brasil hoje realmente existente, vemos que uma sociedade de 150 milhões de pessoas foi reduzida a um mercado de 30 milhões. Isso evidentemente só poderia ter-se consolidado através de um processo social e cultural muito perverso. Aliás, em nível cultural isso implicou o embrutecimento de nossa sociedade através de um refinamento dos meios de comunicação e de publicidade e através de um certo paisagismo urbano que disfarçou a favela e escondeu a dimensão das máculas sociais.

É preciso, portanto, que a "sociedade civil" brasileira se descubra pobre e dilacerada para trilhar o caminho da liberdade e da igualdade. Ela não pode mais viver na Ilha da Fantasia e da mídia eletrônica manipulatória, a ponto de levantar-se da cama faminta, pensando nas imagens da ilusão dela. Nem pode esperar que jovens oligarcas, com ares de modernidade e de onipotência, através de medidas provisórias, venham magicamente resolver os seus problemas.

Por outro lado, se quisermos esboçar um projeto alternativo de sociedade,

não podemos mais ficar presos apenas a uma leitura gramsciana do nacional-popular no nível da nossa formação social e nem podemos nos orientar por uma mera "lógica estatal" para a transformação do nosso contexto social. Qualquer estratégia de mudança deverá envolver prioritariamente uma política de fortalecimento dos setores socialmente dominados no nível da sociedade civil. Isso implica também a adoção da democracia política como um valor estratégico.

Hoje temos que partir para o rompimento dos grilhões locais, nacionais e internacionais que nos amarram ao atraso e à alienação. O local e o nacional hoje são marcados pelo internacional, porém isso evidentemente não significa abrir mão da luta por conquistas nacionais democráticas, nem significa abrir mão da luta pela descentralização do poder estatal nacional. Ao contrário, isso exige uma decisiva luta política pela ampliação da densidade democrática em nossa sociedade.

A propósito destaca C. Buarque:

O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem ainda uma gigantesca fronteira para ser integrada. Para isso, será necessário primeiro uma revisão dos objetivos da modernidade, incluindo entre estes a integração de sua própria população aos benefícios da modernização. (. . .)

Qualquer solução para o Brasil exige uma visão e um projeto nacional específicos. Isto passa pela necessidade de um sentimento nacional, pela consciência de uma identidade de propósitos comuns da população, de dignidade no uso dos seus recursos. Mas, para que essa visão não seja ilusória, presa a um passado remoto, é preciso que o novo nacionalismo seja entendido em sua dimensão internacional. (. . .)

O mundo tende a uma integração, e aqueles países, como o Brasil, que já participam do sistema internacional, não poderão recuar a um isolacionismo. O que se necessita é de um firme nacionalismo que defina autonomamente os propósitos e o uso dos recursos nacionais, mas "sem desconhecer a integração cosmopolita, que é inarredável" (Buarque, 1990. p.74-6)

Assumir a perspectiva da integração internacional, portanto, não significa trabalhar por um processo de subsunção marginalizante da formação econômico-social brasileira atual ao capitalismo internacional. Aliás, foi dentro de uma ordem de protecionismos internos, muitas vezes cartoriais, que a elite brasileira se enriqueceu, associando-se internacionalmente, a custo da desintegração da nação. Nesse sentido, portanto, é necessário um posicionamento democrático-popular que se contraponha ofensivamente à continuação do enriquecimento fácil dessas minorias patrimonial-monopolistas, que agora começam a obtê-lo através duma integração monopolista sem protecionismo, visando a uma modernidade deformante da sociedade, que segregue ainda mais a maior parte da população brasileira.

BIBLOS, Rio Grande, 4: 79 - 96, 1992.

No Brasil, os supostos avanços políticos não trouxeram os equivalentes progressos sociais, principalmente porque os propalados avanços sempre se apresentaram apenas em nível formal, sem se efetivarem na formação social concreta, onde as relações políticas e sociais de poder sempre mantiveram intacto seu lastro autoritário e excludente.

Diante de um contexto tão sombrio, é mister que forjemos pressupostos sociais e políticos que impeçam que a "sociedade política" invada o terreno da "sociedade civil". Para que assim aconteça é preciso, em primeiro lugar, que a sociedade se organize e se mobilize contra sua própria cumplicidade abúlica com o passado clientelista e oligárquico. É preciso que as forças democráticas se engajem pela difusão de uma ideologia unificadora e consolidadora de alianças sócio-políticas que funcionem como cimento para uma nova formação social.

Nesse sentido, também é necessário, como já alertou Gramsci, que tenhamos plena consciência de que toda relação hegemônica e necessariamente uma relação pedagógica. E que os processos educacional e cultural são iniludivelmente elementos básicos de uma estratégia política. A efetivação dum processo educacional emancipatório que potencialize a autodeterminação dos sujeitos, portanto, é um elemento *sine qua non* para a consolidação democrática.

A propósito, apresenta-se como tarefa a luta por espaços políticos e sociais que impeçam que as classes oprimidas vivam sua opressão como se fosse a liberdade.

A alienação própria de nossa época é resultado da perda da memória histórica. Ela está ligada ao presente na medida em que teima em esquecer o passado e teme o futuro. Quer dizer, não somente não sabemos sempre o que aconteceu realmente; não somente não compreendemos realmente a marginalização social e o autoritarismo político presente em nosso país, mas também rejeitamos esse passado da nossa memória, como nos alerta Edgar Morin: "Acreditamos que o passado já passou quando, na verdade, ele está apodrecendo o nosso presente, justamente porque nós o esquecemos" (Morin, 1986. p.152).

Para superar a amnésia histórica, é necessário que as determinações constitutivas do conceito de democracia, parafraseando Marilena Chauí, sejam as idéias de conflito, de abertura e de rotatividade. "Quando o conflito perde a sua dimensão real, qual seja, a da contradição, para converter-se em oposição, então a democracia se reduz à capacidade de apenas rotinizar conflitos, em lugar de trabalhá-los ou de pôr-se em movimento para superá-los, e, assim, efetuar-se como sociedade histórica" (Chauí, 1989. p.208-9).

Dizer que o conflito é contradição e não oposição, de acordo com Marilena Chauí, significa dizer que ele instaura uma forma de sociabilidade sempre questionável e questionada.

BIBLIOGRAFIA

- BEIRÃO, Nirlando. Um século de paradas. *Istoé Senhor*, 1052:72-5, 15 nov. 1989. (Edição especial)
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 1989.

BIBLOS, Rio Grande, 4: 79 - 96, 1992.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2.ed. ampl. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- DESEMPREGO e subemprego; retrato do Brasil. São Paulo, 22:133-8. 1984. (Encarte)
- DIAS, Maurício. Bananas para poucos. *Istoé Senhor*, 1052:67-9, 15 nov. 1989. (Edição especial)
- DOCUMENTO Nacional da Frente Brasil Popular — Lula presidente. 1989.
- FAORO, Raimundo. A ilusão faz 100 anos. *Istoé Senhor*, 1052:63-6, 15 nov. 1989. (Edição especial)
- FIBGE-UNICEF. Crianças e adolescentes. Rio de Janeiro, IBGE, 1987. v. 1.
- FIBGE. Indicadores — 1989. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.
- HECK, Selvino & RECK, Hildemar. *A conjuntura, o socialismo democrático, a política de alianças estratégicas e a questão militar*. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do RGS, 1988.
- INDUSTRIALIZAÇÃO e classes sociais; retrato do Brasil. São Paulo, 22:127-32, 1984. (Encarte).
- MACHADO, João; WEFFORT, Fr. C.; COUTINHO, Carlos N.; SANTOS, Teotônio dos. *A estratégia da revolução brasileira*. In: A ESTRATÉGIA revolucionária na atualidade. São Paulo, Joruês, 1986. p.131-156. (Mesa redonda).
- MISÉRIA deve aumentar, prevê cientista político. *Folha de São Paulo*, 20 de out. 1990. C-3.
- MISÉRIA versus democracia. *Istoé Senhor*, 1093:15, 29 ago. 1990.
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme. Morreu o brasileiro cordial. *Istoé Senhor*, São Paulo, 1058:5-14, 17 dez. 1989.
- O'DONNELL, Guillermo. A elite brasileira é muito atrasada. *Senhor*, São Paulo, 26 ago. 1986. p.5-9. (Entrevista realizada por Hugo Estenssoro).
- SADER, Emir — E agora PT? *Istoé Senhor*, São Paulo, 1042:102, 6 set. 1989.
- SEVCENCO, Nicolau. Cadáver mal embalsamado. *Rev. Problemas Brasileiros*, São Paulo, 271:5-8, jan./fev. 1989.